

O IMPACTO SOCIAL DAS TRANSFORMAÇÕES SISTÊMICAS NA RÚSSIA¹

Lenina Pomeranz

RESUMO

O artigo trata de avaliar os impactos das transformações sistêmicas na Rússia após a queda do regime soviético, nos planos econômico, social e político-institucional. Tendo como fonte principal recentes pesquisas de opinião pública na Rússia, a autora busca revelar a percepção e o perfil do homem pós-soviético em face da deterioração das condições de vida e do aumento da desigualdade social no país, advindos com o processo de privatizações, crescimento do desemprego e perda de garantias sociais.

Palavras-chave: sociedade pós-soviética; transformações sistêmicas na Rússia; privatização.

SUMMARY

This article evaluates the impact of systemic changes in Russia following the fall of the Soviet regime, focusing on the economic, social, and political-institutional dimensions. Based on recent public opinion polls taken in Russia, the author seeks to trace the profile and the perceptions of post-Soviet man vis-à-vis deteriorating living conditions and increasing social inequality, which have been introduced with the privatization process, with the growth of unemployment, and the loss of social guarantees.

Keywords: post-Soviet society; systemic change in Russia; privatization.

Passados seis anos desde o desmoronamento da URSS e a trajetória independente da Rússia no seu processo de transformação do antigo sistema, busca-se aqui levantar e analisar informações relevantes para a discussão sobre o custo social envolvido nesse processo, embora tal custo ainda não esteja totalmente contabilizado.

A transformação sistêmica do país, iniciada em 1992, teve caráter abrangente e profundo nos planos econômico, social e político-institucional. No âmbito econômico, as transformações no modo de funcionamento da economia foram gradativamente condicionadas pelos mecanismos de mercado, a partir de duas linhas concomitantes de condução da economia: um programa de ajustamento econômico, realizado com a assistência de assessores estrangeiros e do Fundo Monetário Internacional, tendo em vista os desequilíbrios no funcionamento da economia russa, e um programa específico de privatização, tendo em vista modificar a estrutura de propriedade no país. Os resultados dessa atuação são sensíveis.

(1) Este artigo é parte de pesquisa sobre o impacto social das transformações sistêmicas na Rússia, realizada com auxílio do CNPq, cujo relatório completo encontra-se publicado em: *Coleção Documentos* — série "Assuntos Internacionais". São Paulo: IEA-USP, nº 53, junho de 1998.

O ajustamento econômico, introduzido por meio da chamada "terapia de choque", levou a uma redução brutal da produção, particularmente no setor industrial — cerca de 60% entre 1991 e 1997 —, ao surgimento do desemprego oficialmente registrado e a uma grande concentração de renda, não obstante os resultados positivos alcançados no combate à inflação.

Quanto ao programa de privatização, encontra-se atualmente em uma nova etapa, depois de concluída a chamada "privatização de massa". Como resultado desta última, a estrutura da propriedade no país modificou-se profundamente. Foram vendidas pelo Comitê Estatal da Propriedade, entre dezembro de 1992 e junho de 1994 — fase da "privatização de massa" —, 16.642 empresas, com um número total de empregados da ordem de 17 milhões, em 86 regiões do país. Dadas as condições de privatização compreendidas pelo programa, a distribuição da propriedade se apresentava da seguinte forma em 1994: 65% das ações pertenciam ao coletivo das empresas (*insiders*) — destas, 25% pertenciam à gerência, das quais 7% aos membros do mais alto escalão, inclusive diretores —, 21% a acionistas externos à empresa (*outsiders*) e 13% ao Estado. Esta estrutura modificou-se um pouco em 1995-96, em virtude do processo de adaptação das empresas às condições de operação determinadas pelo crescente funcionamento dos mecanismos de mercado, quando a gerência passou a buscar, em alguns casos, a concentração das ações dos trabalhadores em suas mãos e, em outros, os investidores externos, capazes de dar maior sustentação financeira às empresas. Com isso reduziu-se a participação dos *insiders* na propriedade total das empresas privatizadas — para 55% em 1995 e 58% em 1996 — e elevou-se para 32% a participação dos *outsiders* nesses mesmos anos.

Na etapa atual de privatização — monetária (a etapa anterior se fez essencialmente com base em títulos de propriedade distribuídos à população) —, estão sendo colocadas em leilão as grandes empresas dos setores mais lucrativos, não incluídas no programa anterior: as de petróleo, metalurgia de porte, níquel, telecomunicações, energia elétrica, entre outras. A luta pelo controle desse quinhão da propriedade estatal, travada pelos grandes grupos financeiros que tiveram origem ainda durante a *perestroika* na URSS, marca significativamente o quadro político atual da Rússia: unidos no suporte financeiro à eleição de Ieltsin à Presidência em julho de 1996, atualmente lutam entre si pela garantia de influência junto ao governo, mais precisamente junto ao presidente.

O processo de privatização levou ao surgimento de uma classe anteriormente inexistente na estrutura social russa: a dos empresários. Mas as transformações introduzidas no plano econômico levaram a uma mudança expressiva na estrutura social da Rússia, como um todo. De uma sociedade bastante igualitária, durante a vigência do sistema soviético, passou-se a uma sociedade marcada por uma estrutura social muito diferenciada, com o surgimento, nos seus extremos, de uma parcela da população situada abaixo dos níveis de pobreza e de um grupo de milionários, detentores de enormes fortunas no país e no exterior.

De acordo com Tatiana Zaslavskaja, em uma primeira aproximação a sociedade russa compõe-se de quatro camadas sociais: superior, média, básica e inferior², numa proporção de 1%, 24%, 68% e 7% e com renda, em relação à média 100, de 516, 144, 75 e 54, respectivamente. Observe-se, porém, que os dados apresentados por Zaslavskaja ainda não refletem o processo de concentração da renda que acompanha a nova etapa de privatização iniciada no final de 1994, caracterizada por um amplo e profundo movimento de redistribuição da propriedade, seja a que ficou em poder do Estado, seja a que foi distribuída nas etapas anteriores da privatização.

As transformações no plano político-institucional ainda estão em curso, como, aliás, todas as demais. Dizem respeito ao estabelecimento da democracia parlamentar e ao desenvolvimento da sociedade civil no país, movimentos esses iniciados ainda durante a *perestroika* de Gorbachev. Não obstante as turbulências que vêm marcando a implantação da democracia parlamentar desde o seu início (inclusive o canhoneio do Legislativo em outubro de 1993), observa-se uma estabilização do quadro institucional, com a utilização crescente dos entendimentos como instrumento de gestão política. Quanto à sociedade civil, o seu desenvolvimento ainda é muito incipiente, surgindo os seus poucos elementos basicamente nas esferas política e empresarial.

É o impacto social desse quadro de transformações que se examina a seguir.

O impacto social das transformações

É difícil separar o que se incluiu como transformação na esfera social e política do que se está aqui considerando como impacto social das transformações. De certo modo, a formação de uma nova estrutura social e os alicerces de uma nova sociedade civil não deixam de ser resultado da grande mudança que teve início nas bases da economia com o fim do regime político soviético, o que poderia conduzir a um conceito de impacto social no mais amplo sentido do termo.

Entretanto, não é disso que se trata. Antes que um determinismo econômico, entendemos que o processo de transformações é sistêmico, portanto abrangente e coerente em suas diversas esferas. Foi iniciado pelo alto e teve como sujeitos os agentes do poder político, mas respondeu às necessidades de transformação da sociedade e encontrou ressonância, ativa ou passiva, nos diversos núcleos sociais.

O impacto social de que se está tratando, portanto, é mais restrito. Trata-se de verificar em que aspectos as transformações sistêmicas afetaram as condições de vida do cidadão russo e a sua própria maneira de ser.

Há que se ressaltar, porém, alguns limites para a análise proposta. Em primeiro lugar, mesmo incluindo-se o período Gorbachev, o proces-

(2) A camada *superior* é aquela realmente dirigente, que desempenha o papel de sujeito principal das reformas. Os grupos de elite e subelite que formam esta camada em geral possuem interesses diferentes e não perseguem os mesmos objetivos. Unem-nos, porém, o fato de estarem no poder e a possibilidade de exercerem influência direta sobre o processo de transformação. A camada *média* é, por ora, muito reduzida, e o papel por ela desempenhado no processo de transformação é determinado pelo seu alto potencial de qualificação profissional em termos da Rússia, capacidade de adaptar-se às condições mutantes, ativa participação na transformação das instituições sociais, situação material relativamente boa e interesse na continuação das reformas. A camada *básica* é muito grande e seus membros apresentam um potencial médio de qualificação profissional e um potencial relativamente limitado de trabalho. Os principais esforços dessa camada são dirigidos à adaptação às mudanças que se realizam por iniciativa de outrem, freqüentemente à busca de meios de sobrevivência. A estrutura e as funções da camada *inferior* são menos claras. No quadro das transformações, ela comparece mais como vítima que como participante ativa das inovações. Os traços distintivos de seus componentes são o baixo potencial de atividade e a incapacidade de adaptar-se às duras condições socioeconômicas do período de transição. Essa camada é constituída fundamentalmente de pessoas idosas, pouco instruídas e doentes, que recebem aposentadoria insuficiente, daquelas que não têm profissão nem, com freqüência, ocupação permanente, de desempregados e de refugiados ou imigrantes involuntários de regiões sob conflitos de nacionalidades. Os seus membros são identificados pela baixíssima renda familiar e pessoal, a pouca instrução, a ocupação em trabalho não qualificado ou a falta de trabalho permanente (Zaslavskaja, 1996).

so de transformações sistêmicas é ainda muito recente, vigendo há pouco mais de dez anos. Ainda que as mudanças nas condições de vida tenham se verificado de forma brusca, "de choque", tanto para pior quanto para melhor, este período parece ser curto em demasia para que se possa aferi-las, senão no imediato. E muitas das mudanças nos setores relacionados com essas condições de vida, em face mesmo das resistências ideológicas existentes na sociedade, se encontram tão-somente em fase inicial. É o caso da seguridade social, só agora objeto de projeto de lei do governo para transformação substantiva, e da educação e da saúde, ainda predominantemente públicas, embora já tenham surgido organizações privadas que delas se ocupam. Com mais razão, este período parece curto — para se aferir as mudanças na maneira de ser do cidadão russo — quando contraposto às décadas de vigência do sistema soviético, considerando-se ainda a alienação ideológica das últimas gerações em relação a tal sistema.

Em segundo lugar, há ainda carência de estudos e dados sobre o assunto. As pesquisas sobre o processo de transformação têm como foco ou as mudanças econômicas, por razões associadas aos problemas da distribuição da riqueza social e da formulação da política econômica em curso, ou a formação das novas elites sociais, econômicas e políticas, o que também não parece sem razão, dada a necessidade de se entender as novas relações de poder no país.

As condições de vida na Rússia pós-soviética

— Mercado de trabalho

O aumento gradativo do desemprego, particularmente a partir de 1994, criou apreensão no mercado de trabalho, além de mudanças no comportamento da população trabalhadora. De acordo com pesquisa do Centro Russo de Pesquisas de Opinião Pública (CRPOP)³ de setembro de 1996, 67% dos entrevistados consideravam o desemprego o principal problema social do país, 72% afirmaram ter aumentado o medo de perder o emprego, 33% acreditavam no perigo de dispensa em massa na empresa em que trabalhavam e 38% não excluía a possibilidade de estar entre os futuros demitidos.

Apesar de sua dramaticidade, estes números revelam uma relativa melhoria em relação à pesquisa realizada pela mesma instituição em 1995, segundo a qual oito em cada dez entrevistados manifestavam medo de perder o emprego e 41% não excluía a possibilidade de estar entre os demitidos. As explicações para este medo eram duas: a de que, entre os entrevistados, 40% possuíam pelo menos um ou dois conhecidos desempregados e 23% tinham três e mais conhecidos desempregados, sendo de

(3) Optou-se por utilizar tão-somente este instituto de pesquisa como fonte porque mantém um serviço regular e abrangente de acompanhamento das reformas na opinião pública, desde 1993, em contraposição às pesquisas de outros institutos, publicadas esporadicamente nos periódicos de circulação diária na Rússia. Sabe-se, por estas publicações, da existência de levantamentos sobre renda no Ministério do Trabalho russo, mas infelizmente ainda não foi possível obtê-los.

somente 28% a parcela dos que não tinham nenhum conhecido desempregado; e a de que muitos (28%) tinham consciência da dificuldade de encontrar novo emprego em sua profissão, enquanto outros sequer imaginavam se poderiam ou não encontrá-lo.

O desemprego ainda constitui um fenômeno não aceito pela sociedade russa em face da herança da situação vigente no sistema soviético, em que o trabalho não só era garantido como constituía uma obrigação de cada cidadão. Não por acaso, não havia um sistema de seguro-desemprego no país. E muitos diretores de empresa, seja por razões de ordem social, seja por razões mais imediatas, como a de ter o apoio dos empregados no processo de privatização, ainda receiam proceder ao desemprego em massa, que, segundo algumas opiniões, seria o caminho para eliminar o excedente de ocupação nas empresas e elevar a sua eficiência. Assim, além do incentivo à demissão voluntária, uma das formas por eles encontrada para contornar o problema é a flexibilização do emprego, por meio do licenciamento sem remuneração, do trabalho em tempo parcial e, também por razões de liquidez, do pagamento parcelado e em atraso. Na pesquisa do CRPOP de 1994-95, 18% dos entrevistados afirmaram ter que se licenciar nos últimos três meses anteriores à pesquisa, dos quais 7% por um mês e 5% por mais de um mês. Receberam seu salário completo e em dia 43% dos entrevistados, 17% não receberam salário algum, 30% receberam-no com atraso, 4% receberam-no parcelado e 6% receberam-no parcelado e com atraso. Em setembro de 1996, somente 32% haviam recebido seus salários completos e sem atraso, 32% não receberam salário algum, 24% receberam-no com atraso, 5% receberam-no parcelado e 7% receberam-no parcelado e com atraso.

São duas as reações dos trabalhadores a essa flexibilização: busca de trabalho complementar e aumento de sua mobilidade. Estas reações são, porém, limitadas, pois a maioria dos trabalhadores prefere manter o emprego, mesmo com todas as restrições vistas. Em relação ao primeiro caso, a pesquisa de 1994-95 indicou que somente 15% dos entrevistados buscaram ocupação complementar (49% alegaram não ter força para realizar trabalho complementar, enquanto 25% disseram achar difícil encontrá-lo). No segundo caso, a mobilidade é tributada seja ao incentivo à demissão voluntária introduzida pelas empresas, seja às práticas de redução do salário ou de atraso no seu pagamento.

Segundo a pesquisa do CRPOP de setembro de 1996, 25% dos entrevistados declararam buscar novo emprego voluntariamente, tratando-se em geral do contingente de trabalhadores mais jovens (menos de 40 anos de idade) e com instrução superior (27% dos entrevistados que se declararam dispostos a procurar outro trabalho), contra 17% dos de idade acima de 40 anos e sem formação superior. Quanto aos motivos da busca de outro emprego, cerca de dois terços dos entrevistados nas pesquisas realizadas entre 1993 e 1996 pelo CRPOP declararam o salário como a razão principal, sendo um pouco superior (entre 76% e 83%) a proporção daqueles que creditaram a obtenção de melhor salário à troca de profissão

na busca de novo emprego. Esta postura torna-se mais compreensível com o dado, da pesquisa de setembro de 1996, de que o rendimento médio (salário e eventual trabalho complementar) obtido pelos entrevistados em agosto daquele ano era de 775,4 rublos (em torno de 155 dólares), metade do que eles consideravam necessário para viver "normalmente" (1.478,5 rublos), 15% do rendimento por eles considerado mínimo para caracterizar como rica a família (4.932 rublos) e nível não muito acima da renda familiar *per capita* da população situada no nível da pobreza⁴, que era de 662 rublos/mês em março de 1996, de acordo com dados oficiais (cf. Zubova, 1996b).

(4) O nível da pobreza oficial é definido na Rússia como o de um mínimo de subsistência. Este conceito foi introduzido em 1992 e é baseado em uma cesta de alimentação que garante um nível nutricional mínimo de acordo com recomendações da Organização Mundial da Saúde, da FAO e de instituições russas que lidam com o assunto.

— Distribuição da renda

No processo em questão, tendeu a piorar a distribuição da renda, revelando-se aumento de sua concentração nos estratos mais ricos da população. Em 1988, alguns anos antes da introdução das reformas mais radicais, a distribuição de renda, de acordo com os dados oficiais, já indicava alguma concentração: para um salário médio mensal de 235,2 rublos, tinha-se uma moda salarial em março de 1986 de 120 a 160 rublos/mês, com 21% dos trabalhadores e empregados encontrados nessa moda e 36,9% com salários superiores a 200 rublos/mês.

Depois de 1990, contudo, a concentração aumentou substancialmente. De acordo com dados de *Russian Economic Trends* (em geral oficiais), citados por Layard e Parker (1996), a relação entre os decis superior e inferior da distribuição de renda da população passou de 3,4 em 1991 para 5,3 em 1994. Segundo Sapir (1996), utilizando dados do Goskomstat (órgão oficial de estatística da Rússia), os 10% de pessoas mais ricas da população acumulavam 65% do total da renda a partir do início de 1994, contra somente 35% das mesmas no começo de 1993. Segundo outra fonte por ele utilizada (*Ekonomika y Organizatsya Promyshlennovo Proisvodstva*, nº 8, 1994), a relação entre os decis mais rico e mais pobre da população passou de 8,4 a 14,5 entre março de 1993 e junho de 1994. Em uma nova avaliação feita pelo Goskomstat em janeiro de 1996 e utilizada por Sapir, os 10% mais ricos da população detinham 25% da renda, enquanto os 10% mais pobres, somente 2,5% (portanto, numa relação de 10 entre eles). Sapir ressalva as advertências feitas por técnicos do Goskomstat de que essa relação provavelmente está subestimada, por não incluir entre os estratos de renda mais elevada os rendimentos não declarados resultantes da evasão de capital e das atividades mafiosas e criminais.

Um último dado que parece relevante é o relativo à distribuição de renda numa análise comparativa entre a renda da população levantada pelo CRPOP em julho de 1995 e a levantada pelo Goskomstat no primeiro trimestre do mesmo ano:

Distribuição da renda (em %)

	Goskomstat	CRPOP
20% de mais baixa renda	5,3	5,6
20% seguintes	10,5	10,6
20% seguintes	14,2	14,6
20% seguintes	22,9	20,3
20% de mais alta renda	47,1	48,9
Total	100,0	100,0

São pequenas as diferenças observadas entre as distribuições, daí resultando uma relação entre os 20% mais ricos da população e os 20% mais pobres de 8,9 e 8,7 nos dados oficiais e no levantamento do CRPOP, respectivamente.

Embora os dados disponíveis demonstrem, de maneira irrefutável, um aumento na desigualdade distributiva da renda durante os anos em que se realizaram as reformas, não revelam, porém, conforme Mikhalev (1996), a real incidência da pobreza na Rússia. Segundo ele, o mínimo de subsistência com base no qual se define a linha da pobreza no país foi calculado como uma medida temporária destinada a amenizar as duras condições de vida resultantes da aguda crise econômica de 1992. A expectativa era de que fosse utilizado somente durante aquele ano, o mais difícil da transição, mas acabou por permanecer, e como só alocou um terço da renda para outros gastos que não os alimentícios e virtualmente nada para os bens duráveis, e a situação não melhorou — ao contrário, piorou, em termos reais —, os pobres tiveram que direcionar parcela considerável desse um terço a produtos alimentícios, deteriorando ainda mais suas já lamentáveis condições de vida. Entre os aposentados, a proporção dos gastos com alimentação sobre a sua renda é de 80%.

— Padrão de vida

As poucas informações que há sobre o padrão de vida da população são esparsas e relativas a opiniões subjetivas coletadas nas pesquisas realizadas pelo CRPOP, além dos dados sobre o salário médio mensal e a proporção da população situada abaixo da linha da pobreza — proporção que variou entre 32% em 1992 e 20% em 1997.

Observou-se queda dos salários reais em cerca de 40% entre 1992 e 1995; em 1996 elevaram-se a um patamar em que se mantiveram em 1997, mas permaneceu a queda em relação a 1992 (em mais de 20%), devendo-se ressaltar que não se está considerando 1991, ano em que devem ter sofrido a maior queda em função da liberalização dos preços e, em consequência, da elevadíssima taxa de inflação.

O salário mínimo nominal ficou muito abaixo do nível de subsistência definido oficialmente, o que, aliado à porcentagem da população vivendo abaixo da linha da pobreza, dá bem uma idéia da deterioração do seu

padrão de vida, apesar da melhora relativa observada em 1996 e continuada discretamente em 1997. Isso, aliás, é confirmado pelas pesquisas: em setembro de 1996, solicitados a avaliar a situação de sua família numa escala de 1 a 10 (da situação mais pobre à mais rica, respectivamente) nos cinco anos anteriores à pesquisa, os entrevistados, em média, atribuíram nota 5,7 à sua situação anterior e 4,1 à situação presente (Zubova, 1996b).

Outro indicador disponível é o do nível de consumo da população. Ainda que restrito a bens (refere-se em termos agregados à circulação mercantil), permite observar a evolução do consumo. Segundo Layard e Parker (1996), o volume desse consumo caiu 45% entre 1991 e 1992 e, embora recuperando-se nos anos seguintes, manteve-se em 1994 ainda 29% abaixo do nível de 1991. Atualizando esses dados para 1995, *Mir Rossii* (nº 1, 1996) aponta queda no nível de consumo de 7% em relação ao ano anterior e, assim, aumento da distância entre os níveis de consumo em 1991 e 1995.

Pesquisa do CRPOP indica que 46% dos entrevistados não estão satisfeitos com as suas condições de habitação (Zubova, 1996a). As causas não são explicitadas na pesquisa, mas por outros indicadores sabe-se que com a privatização da habitação e a reforma do sistema habitacional — habitação e serviços comunitários — os custos de manutenção das residências estão sendo gradativamente transferidos para os seus proprietários, os quais nem sempre podem suportá-los. Além disso, os serviços públicos de fornecimento de água, luz e calefação sofreram considerável aumento, o que sobrecarrega os dispêndios anteriormente relacionados com as condições habitacionais. A elevação das tarifas levou a considerável inadimplência e atraso no pagamento — um terço e mais das famílias é a situação típica, segundo Starodobrovskaia (1997).

— O sistema de seguridade social

A Rússia herdou e manteve o sistema de seguridade social vigente na URSS⁵. Trata-se de um sistema de cobertura universal, que cobre pensões de velhice, invalidez e sobreviventes de guerra (as destes últimos representando uma parcela ínfima do total de pensões pagas) e benefícios à doença e à maternidade.

Até 1991, todos os benefícios eram pagos pelo orçamento do Estado e financiados pela arrecadação geral de impostos. Foi então criado um fundo de pensões baseado em contribuições e responsável por sua coleta. Os seus recursos são derivados de contribuição dos empregadores no montante de 28% sobre a folha de pagamento (1994-95). A taxa de contribuição sobre a folha de pagamento das empresas agrícolas é de 20,6%, enquanto para os trabalhadores por conta própria é de 5% da sua renda. Há ainda uma contribuição do empregado, de 1% sobre o seu salário. O fundo de pensões paga todas as pensões do trabalho; os benefícios sociais continuam a ser financiados pelo orçamento do Estado, embora os recursos

(5) A descrição do sistema, como segue, é extraída de Mikhalev, 1996.

para todos os pagamentos sejam concentrados no fundo de pensões. As pensões por idade formam o núcleo central do sistema de seguridade social da Rússia, cobrindo 19,5% da população (80% dos 36 milhões de pensionistas). A idade para aposentadoria é normalmente de 60 anos para homens e 55 anos para mulheres, havendo algumas exceções para profissões como os mineiros e pilotos de avião, entre outras. O período de contribuição deve ser de 25 anos de serviço para os homens e de vinte anos para as mulheres.

Para atender ao serviço de benefícios sociais — não pensões —, foi criado, em agosto de 1992, o Fundo de Seguridade Social, que se encarrega do financiamento dos benefícios à doença, à maternidade e à infância. Os seus recursos são obtidos mediante uma contribuição de 5,4% sobre a folha de pagamento de qualquer negócio ou empresa, independentemente de sua forma de propriedade. Determina-se que 74% das contribuições sejam deixadas à disposição da empresa para administrar o pagamento de benefícios aos seus empregados e 24% recolhidos ao Fundo para pagamento dos benefícios centralizados.

Após o programa de privatização, as empresas, entretanto, estão gradativamente eliminando o fornecimento de benefícios aos seus empregados e repassando-os para municipalidades ou terceirizando-os em entidades jurídicas independentes. De acordo com pesquisa realizada em setembro de 1995 pelo Instituto da Economia dos Problemas do Período de Transição, 38% das 433 empresas entrevistadas (basicamente na cidade e na região de Moscou) terceirizaram creches; 31%, a habitação; 18%, institutos culturais; 9%, institutos de atendimento à saúde; e 6%, instituições educacionais (*Mir Rossii*, nº 1, 1996).

O desenvolvimento de um serviço de seguro-desemprego foi instituído com a criação de um fundo de emprego, o qual coleta contribuições obrigatórias de 2% sobre a folha de pagamento de todas as empresas, mas recebe também recursos do orçamento estatal. Os recursos obtidos das contribuições são divididos entre os fundos provinciais (*oblast*), que recebem 55% do seu total, e os fundos distritais (*rayon*). Os recursos dos fundos provinciais são recebidos mediante transferências dos fundos distritais e do total recebido transferem-se 10% ao Comitê Central de Emprego para auxílio à cobertura de áreas deficitárias. Os benefícios do seguro-desemprego são assim distribuídos: os novos ingressantes no mercado de trabalho recebem uma soma equivalente ao salário mínimo; os trabalhadores dispensados de seus empregos recebem 75% do seu salário médio durante os três primeiros meses de desemprego, 60% nos quatro meses seguintes e 45% em seguida. O benefício é normalmente pago durante doze meses.

O sistema enfrenta grandes problemas de ordem financeira. Por um lado, as dificuldades de liquidez resultantes da política econômica adotada ocasionaram grande inadimplência no pagamento das contribuições; por outro, houve redução destas, já que parcela do salário é paga ou em bens ou com bônus e outras despesas (de transporte, por exemplo) isentas de pagamento das contribuições. Os trabalhadores que perdem o emprego

também deixam de pagar suas contribuições, e com o crescimento do desemprego reduz-se proporcionalmente o montante de contribuições. De acordo com estimativas reproduzidas por Mikhalev (1996), a cada 1% de desemprego corresponderia uma redução das contribuições sobre as folhas de pagamento da ordem de 0,15% do PIB.

Os custos, porém, não se reduzem, aumentando com o crescimento do número de pensionistas e com as necessidades relacionadas aos serviços sociais. Como o sistema é o de repartição — os trabalhadores empregados sustentam os aposentados —, a redução do emprego vai criando problemas cada vez maiores para a sua sustentação.

Dadas essas dificuldades financeiras, o governo resolveu flexibilizar as suas relações com os fundos extra-orçamentários, o que, se por um lado centraliza a questão dos recursos para financiamento do sistema, por outro cria novos problemas, quando a redução do déficit orçamentário leva a cortes e atrasos dos gastos públicos. Desta forma, nos anos mais recentes, o pagamento de pensões manteve-se permanentemente atrasado — assim como os salários dos setores dependentes do orçamento —, criando um problema político de tamanhas proporções a ponto do presidente Ieltsin condicionar a permanência do governo — primeiro-ministro e seus vices — ao pagamento das pensões e salários em atraso em datas por ele fixadas.

Em meados de 1995, o governo aprovou uma concepção de reforma do sistema de pensões, com base na qual foi elaborado um programa de reforma, pelo Ministério do Trabalho e do Desenvolvimento Social, em outubro de 1997. Nesse programa propôs-se a mudança gradativa, por meio de grupos de idade da população, das pensões de trabalho do sistema de repartição para o de contribuição de poupança privada obrigatória, além da substituição do sistema de pensões sociais por uma ajuda social aos necessitados, Segundo Liudmila Bezlepkina (1997), ex-ministra para a Defesa Social da População da Federação Russa, a concepção e o programa possuem traços comuns, como a classificação de três tipos de pensões: a pensão básica ou social, oferecida a todos os cidadãos que não trabalham, assegurando-lhes as condições materiais de vida em situações de velhice, invalidez ou perda das possibilidades de alimentação independentemente do seu período de trabalho, pensão essa baseada no princípio de solidariedade (sistema de repartição); a pensão por trabalho (seguro), oferecida a todas as pessoas assalariadas e a outras categorias da população compreendidas no sistema de seguro-aposentadoria estatal obrigatório, baseada no sistema de solidariedade entre as gerações da sociedade, membros da Federação Russa e setores da economia (sistema de repartição); e a pensão privada garantida, complementar à estatal, na forma de sistemas profissionais obrigatórios complementares (organização, ramo, região), baseada nos princípios de solidariedade e/ou poupança (repartição ou poupança obrigatória), assim como um sistema de seguro-aposentadoria privado individual dos cidadãos em companhias privadas de seguros ou fundos de pensão (sistema de poupança). E em ambos se

propõe um sistema misto baseado nos princípios de repartição e de poupança.

No programa, porém, segundo Bezlepkina, elimina-se o princípio da universalidade dos benefícios sociais aprovado em lei, em face de uma pensão social vinculada à demonstração de necessidade do eventual beneficiário; a pensão por trabalho passa a funcionar, totalmente, sob o princípio de poupança; e não há definição de qualquer mecanismo de garantia dos direitos de pensão nos quadros do sistema de poupança.

Crítica das propostas, Bezlepkina afirma não ver argumentos convincentes para a renúncia ao sistema tradicional de aposentadoria na Rússia, baseado nos princípios de solidariedade e financiamento corrente. Louvando-se no exemplo do Chile e de outros países da OCDE, Bezlepkina não acredita que o sistema, tal como apresentado no programa, seja capaz de assegurar os recursos necessários para financiamento das pensões, com base no investimento das poupanças recolhidas e no crescimento econômico que, segundo alguns economistas, seria gerado por esse investimento. Segundo ela, no Chile, os idosos contribuintes dos fundos de poupança têm uma pensão garantida de 20/25% do salário médio, o que está abaixo da linha de pobreza, e está contemplado um auxílio de 12% do salário médio àqueles que, não possuindo poupança, não têm capacidade de automanutenção. Na Rússia, a retribuição na forma de pensão, com todas as suas complexidades, já é duas vezes maior — segundo Mikhalev (1996), a pensão média em relação ao salário médio na Rússia é de cerca de 35%. Quanto aos países da OCDE, observando-se entre 1953 e 1955 as mudanças introduzidas, chegou-se à conclusão de que 30% e até mesmo 50% dos recursos reais poupados poderiam não alcançar os objetivos a que foram destinados. Dados os riscos que o sistema de poupança apresenta, com desgaste da confiança da população em seus resultados, não terá sido à toa que os países ocidentais que escolheram no passado o sistema de capitalização gradualmente dele se afastaram.

— Outros serviços do sistema de garantias sociais

Além dos serviços sociais compreendidos pelo sistema de seguridade social e dos subsídios concedidos à habitação, à cultura e aos bens de consumo infantil, os russos dispunham de educação e saúde gratuitamente. Segundo os dados disponíveis, estas últimas estão marcadas por considerável nível de degradação, em razão das dificuldades de seu financiamento pelo orçamento do Estado. É certo que a taxa de participação dos dispêndios governamentais em educação e saúde sobre o PIB tem apresentado pequena melhoria (na educação, taxas de 3,6% em 1992, 4,1% em 1993 e 4,5% em 1994, e na saúde, respectivamente, de 2,5%, 3,7% e 3,9%), mas como o PIB apresentou queda considerável no período, o valor absoluto das dotações orçamentárias para essas áreas caiu proporcionalmente, levando à contínua degradação dos sistemas.

Além das dificuldades materiais de operação, registra-se redução nos salários reais dos médicos e professores, em virtude de sua indexação em níveis substancialmente inferiores aos da inflação no período. Com isso, e com atrasos de meses no pagamento dos salários, pela primeira vez na história russa professores e médicos entraram em greve sucessivas vezes nos últimos anos.

No setor médico, tentou-se contornar o problema com a introdução de um sistema de seguro-saúde obrigatório para as pessoas jurídicas em 1993. Além das críticas a este sistema, foram diversas as dificuldades de sua implementação, marcada por conflitos entre os fundos constituídos nesse sistema e as companhias de seguro, de um lado, e entre os fundos e o sistema de saúde, de outro. Por ora, o que se conseguiu nos três anos de tentativas de implementação desse sistema foi uma participação diminuta dos fundos nos dispêndios totais com a saúde: de 15% a 18% entre 1993 e 1995.

Já no que concerne à educação, a introdução da iniciativa privada não parece apresentar maior sucesso. Além de concentrar-se na cidade e na região de Moscou e em São Petersburgo, a rede de escolas privadas não representava sequer 1% do total de escolas de formação geral em 1995. A resistência à privatização das escolas, que surgiu dos debates a que esta foi submetida durante todo o ano de 1994, levou à adoção de uma lei federal, em abril de 1995, estabelecendo a proibição de privatizar escolas estatais e municipais por três anos; no final de 1995, uma nova lei aprovada pela Duma proibiu a privatização de instituições educacionais estatais e municipais.

Opinião da população sobre a perda relativa das garantias sociais

No início de 1996, L. H. Zubova (1996a) realizou uma análise da evolução da opinião dos russos a propósito das suas garantias sociais, com base nos levantamentos feitos pelo CRPOP entre novembro de 1991 e janeiro de 1996. Vale a pena reproduzir as suas informações, já que refletem com bastante acuidade a perspectiva que tem a população em relação aos seus direitos no processo de transformação sistêmica.

— Garantias sociais

Observa-se que a deterioração dos serviços sociais e os efeitos de sua parcial privatização se fazem sentir na consciência da população, e de forma crescente ao longo do tempo (*questão 1*). Se em novembro de 1991 eram 45% os entrevistados que julgavam não serem observadas as garantias sociais, em janeiro de 1996 esse contingente subia para 67%, reduzindo-se não somente a parcela dos entrevistados que as consideravam totalmente respeitadas, como a dos que tinham dificuldade em responder.

Questão 1

Em que medida são observados na sociedade russa
os direitos ao trabalho, educação e outros?
(% sobre o total de respostas)

Respostas	Novembro/	Outubro/	Janeiro/	Janeiro/
	1991	1993	1995	1996
São totalmente observados	3	6	2	2
São mais certamente observados	29	23	17	16
São mais certamente não observados	33	40	40	39
São totalmente não observados	12	16	25	28
Difícil responder	20	18	16	15

— Garantias de emprego

Mais de 90% dos entrevistados em novembro de 1991 expressaram a opinião de que o Estado deveria garantir trabalho a cada pessoa que quisesse trabalhar. Em janeiro de 1996, 90% declararam a mesma opinião. Ela é firmemente defendida por todos os grupos e camadas sociais, embora muitos não acreditem na capacidade do governo de fazê-lo.

— Garantias de renda

Também aqui 90% dos entrevistados se manifestaram a favor da garantia de dois tipos de renda: o salário mínimo e a pensão mínima. Expressaram-se assim praticamente todos os grupos e camadas sociais, à exceção de representantes do setor privado, entre os quais se encontra com frequência outra opinião.

— Garantias na esfera da educação

A maioria dos habitantes da Rússia acredita que o ensino pago em princípio garante maior qualidade (*questão 2*). Entretanto, a passagem para um sistema de educação pago não é desejável. A explicação para esta opinião está não somente na queda do padrão de vida e na difusão da pobreza, como também nas conseqüências negativas esperadas do ensino pago, como maior diferenciação das oportunidades de educação para os diferentes grupos e camadas sociais. Em geral, são as pessoas de maior nível de renda, de *status* elevado, de educação superior, moradores de

Moscou e São Petersburgo que apóiam plenamente a passagem à educação superior paga.

Questão 2

Como deve ser, na sua opinião, a educação escolar e superior?
(% sobre o total de respostas)

Anos e meses	Basicamente gratuita	Mista paga/gratuita	Basicamente paga	Difícil responder
Educação escolar				
Novembro/1991	41	37	5	17
Outubro/1993	58	36	3	3
Janeiro/1995	70	28	1	1
Janeiro/1996	74	24	0,5	2
Educação superior				
Novembro/1991	33	37	9	21
Outubro/1993	33	49	10	8
Janeiro/1995	46	44	5	5
Janeiro/1996	49	44	3	4

— Garantias no setor de saúde

Em relação à saúde, as respostas à *questão3* parecem refletir o que foi dito anteriormente sobre as críticas ao sistema de seguro-saúde e à privatização do setor. Se no final de 1991 mais de metade dos entrevistados declararam-se a favor do sistema misto de saúde — pago e gratuito —, ao longo do tempo esta posição caiu de modo expressivo, elevando-se concomitantemente a parcela dos entrevistados que consideram que os serviços de saúde devem ser basicamente gratuitos. Isso também pode refletir as dificuldades econômicas crescentes da população, que a impedem de utilizar serviços remunerados, gerando-se assim preferência pelos serviços gratuitos, a despeito da situação deteriorada em que se encontram.

Questão 3

Como devem ser os serviços de saúde?
(% sobre o total de respostas)

Respostas	Novembro/1991	Outubro/1993	Janeiro/1995	Janeiro/1996
Basicamente gratuitos	22	46	57	60
Mistos (pagos/gratuitos)	51	49	40	37
Basicamente pagos	11	3	1	1
Difícil responder	16	2	2	2

— Garantia de habitação

Questão 4

Como deve ser a concessão da habitação?

(% sobre o total de respostas)

Respostas	Novembro/ 1991	Outubro/ 1993	Janeiro/ 1995	Janeiro/ 1996
Basicamente gratuita	24	32	37	38
Mista (paga/gratuita)	62	56	56	54
Basicamente paga	4	5	2	3
Difícil responder	10	7	5	5

— Benefícios sociais gratuitos

Questão 5

Opiniões a favor de benefícios sociais gratuitos,

segundo nível de renda — janeiro de 1996

(% sobre o total de respostas)

Benefícios sociais	Média	amostral	Nível de renda		
			Baixo (20%)	Médio (60%)	Alto (20%)
Educação escolar	74	78	76	66	
Saúde	60	69	65	43	
Educação superior	49	55	52	37	
Habitação	38	42	44	21	

Esta última representação da opinião pública (*questão 5*) revela que a maioria da população, independentemente de seu nível de renda, é a favor da garantia de educação escolar e saúde pública pelo Estado. No caso da educação superior e da habitação essa opinião tem menor intensidade, ainda que sustentada por entrevistados das faixas de renda baixa e média. Observe-se que em todos os casos é a camada de renda mais alta que apresenta menor índice de opinião favorável entre os entrevistados.

As mudanças no perfil do homem russo no período pós-soviético

Assumindo-se que as transformações sistêmicas afetaram profundamente o modo de vida e o comportamento do homem russo, busca-se aqui

avaliar em que medida mudou o seu perfil, sua maneira de ser. Para isso é necessário, em primeiro lugar, definir o perfil do homem soviético anterior às mudanças. Este homem, retoricamente conhecido como o "homem novo", criado pelo socialismo, começou a ser mais bem avaliado e entendido durante a *perestroika*, quando as críticas ao sistema vigente e a necessidade de apoio da população à sua reconstrução implicaram uma análise das bases de sua formação e comportamento. Surgiram então estudos relacionando a maneira de ser do homem soviético às condições reais de funcionamento da sociedade, em seus diferentes aspectos⁶, bem como um projeto de análise mais abrangente e de mais longo prazo desse homem, junto ao CRPOP⁷. Neste último caso, a tentativa de definir o perfil do homem soviético se fez concomitantemente a um esforço metodológico para obter características antropológicas que permitissem a realização de um trabalho empírico de avaliação de seu comportamento.

O que surge destas caracterizações é o seguinte perfil do homem soviético: i) auto-isolado no sistema, diferenciado dos homens que se encontram em outros tempos e em outros sistemas sociais; imbuído de um sistema de valores pessoais que lhe dá uma consciência de superioridade pessoal e de seu sistema em relação aos demais; daí também a aceitação dos valores ideológicos a que está atrelado o sistema, como o patriotismo, o heroísmo, a coragem; ii) hiper-socializado, atrofiado individualmente e, por conseguinte, totalmente dependente do Estado, que, de natureza paternalista e totalitária, não deixa ao indivíduo nenhum espaço livre, gerando um sentimento de fraqueza e apatia social, ao qual correspondem um conformismo com a situação vigente, a diminuição do nível de pretensões e necessidades sociais e sua redução a interesses sociais passíveis de serem satisfeitos fora e a despeito da atividade social; iii) imbuído do sentido de hierarquia nas relações sociais, com aceitação da estrutura de papéis sociais, autoridades e privilégios, numa atitude acrítica e de reverência ao poder e à informação oficializada; ao mesmo tempo, com um senso de igualitarismo que consiste em rejeitar a desigualdade que não corresponde à hierarquia aceita; daí, concomitantemente, o respeito à obediência e à pontualidade como valores superiores à iniciativa e ao empreendimento, por um lado, e o sentimento antielitista, por outro; além de uma ambigüidade ao sustentar com sinceridade posições totalmente díspares, dependendo da situação em que se encontre.

Estas características estão intimamente vinculadas à maneira como se estruturou e funcionou o sistema soviético, mas não se procederá aqui a uma análise sobre por que este teria se estruturado e funcionado desta forma. Essa análise — que, porém, foge ao escopo dos trabalhos consultados, assim como deste — talvez fosse necessária para entender melhor determinados aspectos das referidas características, como o auto-isolamento social impingido ideologicamente pelo stalinismo ou a dependência do paternalismo estatal e o conformismo social daí decorrente.

Em segundo lugar, pareceu importante assumir, ao considerar os dados levantados pelo CRPOP em 1989, que já se estavam processando

(6) Ver entre outros: Karpinski, 1990; Kon, 1990.

(7) Descrição completa do projeto foi divulgada em língua francesa. Ver: Levada e outros, 1993.

algumas mudanças importantes no comportamento do homem soviético desde meados de 1950 — e não somente com a *perestroika* e o começo das transformações sistêmicas —, com o degelo krusheviano e, em seguida, com a evidência da deterioração econômica do sistema e suas seqüelas, como o crescimento da economia paralela e da corrupção, ambas de certa forma vinculadas à *nomenklatura*. Com a ebulição política provocada pela *glasnost*, algumas expectativas de mudança econômica e política já podem ter transparecido nas respostas, o que, aliás, se pode verificar na opinião da população sobre as garantias sociais: em novembro de 1991 sentia-se maior inclinação à mudança de opinião que nos levantamentos feitos posteriormente, até 1996, o que pode seguramente ser atribuído a algum desencantamento com a realidade em relação às expectativas mantidas no começo das mudanças "radicais". Esta opinião acerca das garantias sociais repete-se, como se verá adiante, em relação a outros elementos da realidade atual da Rússia, o que alerta também para a necessidade de considerar, na análise das mudanças do homem russo, as condições em que se realiza o processo de transformações, em particular a deterioração das condições de vida, o processo de distribuição e redistribuição da propriedade social e as estreitas relações entre os "novos ricos" e os órgãos do poder estatal.

A análise será feita com base nos dados dos levantamentos do CRPOP. Inicialmente, porém, para completar o conjunto de respostas apresentadas acima, relativas à opinião sobre as garantias sociais, cabe examinar três aspectos relacionados com as condições de vida da população.

Como se vê na *questão 6*, ainda que a maioria das respostas corresponda à população que considera "difícil viver, mas é possível agüentar", há uma nítida queda na porcentagem dessas respostas em 1995 em relação aos dois anos anteriores e uma estabilidade dessa posição em 1996. A proporção das pessoas que perderam a paciência, em compensação, eleva-se em 1995, ainda que pouco, mantendo-se constante em 1996. Mas cresce, em 1996, o número de respostas de que "se pode viver", ainda que corresponda a pouco mais de 10% do total de respostas.

A dubiedade em relação às condições de vida, expressa pelas respostas "dá para agüentar" e "não dá para agüentar", reflete-se na grande proporção de pessoas que acharam difícil responder ou mesmo não responderam se as reformas econômicas deveriam continuar ou não (*questão 7*), que ultrapassa a porcentagem daquelas para as quais as reformas deviam continuar, que se mantém ao redor de 30% até meados de 1996, quando se eleva um pouco.

As respostas às *questões 6 e 7*, em sua evolução ao longo do tempo, revelam pelo menos uma redução da paciência da população, traço que foi incluído entre as características do homem soviético. Se por um lado esta pode ser considerada alguma mudança em relação à opinião sobre as dificuldades econômicas, por outro não se pode deixar de considerar o que reflete de herança da postura do homem soviético, em face da parcela relativamente pequena de pessoas que se declaram favoráveis à continuidade das reformas.

Questão 6

Qual das afirmações abaixo corresponde mais à situação vigente?
(% sobre o total de respostas)

Anos e meses	Não está tão mal, pode-se viver	Está difícil viver, mas é possível agüentar	Não é mais possível agüentar	Difícil responder/Não responderam
1993				
Março	7,3	52,4	34,5	5,9
Junho	10,2	52,5	30,9	6,4
Dezembro	7,6	51,9	34,7	5,8
1994				
Março	6,5	52,8	34,8	5,9
Junho	9,9	51,0	32,6	6,5
Novembro	10,8	49,5	31,1	8,6
1995				
Março	8,2	47,2	38,7	5,9
Junho	9,7	46,4	37,4	6,5
Novembro	8,0	48,0	34,9	9,1
1996				
Março	9,1	47,3	37,6	6,1
Julho	11,9	48,3	32,7	7,1
Setembro	11,0	49,6	30,9	8,6

Questão 7

As reformas econômicas devem ser continuadas ou suspensas?
(% sobre o total de respostas)

Anos e meses	Continuadas	Suspensas	Difícil responder/Não responderam
1994			
Abril	32,4	27,5	41,1
Junho	31,3	31,5	37,3
Novembro	30,2	25,8	44,0
1995			
Março	26,5	30,2	43,4
Julho	29,7	31,4	38,9
Novembro	30,1	27,6	42,3
1996			
Março	30,4	25,5	44,1
Julho	42,6	20,1	37,3
Setembro	36,3	24,4	39,3

Essa herança parece subsistir quando se considera o total das opiniões a respeito das garantias sociais, apresentado mais acima, e da *questão 8*, que diz respeito ao modo de vida que o entrevistado gostaria de ter.

Questão 8

O que você preferiria, se pudesse escolher?
(% sobre o total de respostas)

Respostas	1989	1994
Salário menor, mas mais tempo livre	9	4
Salário menor, mas garantido, certeza no dia de amanhã	45	54
Trabalhar muito e ganhar bem, mesmo sem garantias especiais para o futuro	27	23
Ter seu próprio negócio, conduzi-lo por própria conta e risco	9	6
Difícil responder	10	13

Não só é bem maior o número de entrevistados que pretendem viver em segurança, ainda que modestamente — característica do comportamento soviético —, como aumentou bastante entre 1989 e 1994. Ao mesmo tempo, reduziu-se o número dos que demonstram desejo de usar as possibilidades da nova economia para melhorar sua vida, seja trabalhando mais e ganhando mais, seja tendo seu próprio negócio.

As *questões 9 a 13* referem-se ao perfil político-ideológico dos entrevistados.

As respostas à *questão 9* indicam, em primeiro lugar, preocupação com a situação social e o crescimento da corrupção (aspecto moral), seguida por preocupações menores na esfera propriamente política. A população se divide nas suas respostas às questões mais substantivas das reformas, como a de tornar-se proprietária e a do surgimento de camadas ricas, e à questão mais especial da democracia. As liberdades políticas obtiveram avaliação "importante" por pouco mais que metade da amostra, enquanto o desmoronamento da ideologia comunista — que, em princípio, seria antidemocrática — foi considerado não-importante pela maioria dos entrevistados. A análise das respostas deve levar em conta que 1994 foi o ano que se seguiu ao bombardeamento da Duma e à promulgação do projeto de Constituição nessa base imposto à nação. E que a ausência de poder (governo) em relação à corrupção e a continuada instabilidade política nos anos que se seguiram até mais proximamente 1997 fizeram surgir o desejo de estabilidade. Essa estabilidade se confunde com a ordem autoritária e a atribuição de pouca importância à democracia, conforme se pode depreender das respostas à *questão 10*.

Questão 9

Avaliação das mudanças ocorridas nas diversas esferas de vida (1994)
(% sobre o total de respostas)

Mudanças	Importante	Não-importante
Crescimento do desemprego	82	9
Empobrecimento das pessoas	82	8
Eliminação do déficit de abastecimento	76	16
Enfraquecimento da unidade da Rússia	73	11
Aumento da dependência do país ao Ocidente	54	25
Crescimento da corrupção e da ausência de poder	78	14
Liberdades políticas	51	31
Possibilidade de estudar, trabalhar e descansar no exterior	47	31
Possibilidade de estabelecer-se, ter seu próprio negócio	45	39
Possibilidade de viver sem dever atenção ao poder	44	28
Surgimento de uma camada de pessoas independentes, ricas	41	40
Desmoronamento da ideologia comunista	35	40

Questão 10

O que é preciso atualmente na Rússia: ordem ou democracia?
(% sobre o total de respostas)

Anos e meses	Ordem	Democracia	Difícil responder
1995			
Janeiro	76,3	10,1	13,7
Mai	77,7	8,7	13,6
Novembro	76,7	9,1	14,3
1996			
Janeiro	76,3	9,3	14,4
Julho	76,6	9,6	13,8
Setembro	77,6	8,8	13,6

Como se pode observar, a demanda por ordem é absolutamente predominante. As respostas à *questão 11* permitem confrontar esse desejo de estabilidade com eventual nostalgia do passado.

Questão 11

As mudanças abaixo trouxeram
para a Rússia utilidade ou prejuízo? (1994)
(em % sobre o total de respostas)

Mudanças	Utilidade	Prejuízo
Liberdade de palavra e de imprensa	53	23
Aproximação com os países do Ocidente	47	19
Liberdade de sair do país	45	23
Liberdade empresarial	44	28
Eleições multipartidárias	29	33
Direito de greve	23	36
Dissolução da URSS	8	75

Questão 12

Acontecimentos do século XX considerados importantes para a Rússia
(% sobre o total de respostas)

Acontecimentos	1989	1994
Guerra Patriótica	75	73
Outubro de 1917	65	49
Desmoronamento da URSS	—	40
Catástrofe de Chernobyl	36	34
Vôo de Gagárin	33	32
Guerra no Afeganistão	11	24
I Guerra Mundial	8	19
Repressão dos anos 30	31	18
Começo da <i>perestroika</i>	24	16
Coletivização	10	8
Acontecimentos de outubro de 1993	—	7
Golpe de 1991	—	7
Queda do muro de Berlim	—	6
Reformas de Gaidar	—	6
Eleições multipartidárias em dezembro de 1993	—	3

Observa-se nestas respostas alguma contradição com aquelas obtidas posteriormente, uma vez que é bastante mais elevado o número de respostas a favor de elementos próprios do sistema democrático. As respostas aos três últimos quesitos, entretanto, revelam uma clara nostalgia do passado. É difícil, diante da clara contradição das respostas, interpretar a opinião dos entrevistados, a não ser com a hipótese — que precisa,

portanto, ser comprovada — de que os mesmos gostariam de viver em uma ordem soviética com as liberdades assinaladas, conquistadas no processo de transformação.

Outra questão retrata novamente a nostalgia do passado. Entre os acontecimentos elencados na *questão 12*, os mais importantes são a Revolução de Outubro e a II Guerra Mundial, esta última como fato que marcou o heroísmo do povo soviético, por sua vez enaltecido durante todo o tempo em que durou o sistema e cujo término se comemora até hoje; o vôo de Gagárin, que marca a conquista do espaço, só cede lugar à catástrofe de Chernobyl, enquanto têm menos destaque os fatos negativos do sistema, como a repressão dos anos 30 e a coletivização, e ficam para os últimos lugares tanto a queda do muro de Berlim quanto as eleições multipartidárias de dezembro de 1993.

De acordo com Levada, a análise dos quesitos levantados na *questão 13* mostra que em 1989 se observava claramente o modelo do homem soviético como um homem "estatista", enquanto no levantamento de 1994 nota-se uma "privatização" desse homem, a partir das respostas obtidas a propósito da responsabilidade moral por ele sentida em relação ao governo, à empresa em que trabalha e aos acontecimentos no país.

Questão 13

A pessoa é moralmente responsável...

(% sobre o total de respostas)

Anos	Sim	Em alguma medida	Não
Pela atividade de seu governo			
1989	14	29	37
1994	8	31	42
Pelo trabalho na empresa			
1989	49	40	5
1994	21	50	17
Pelos acontecimentos no país			
1989	22	42	17
1994	9	35	33

Conclusões

O impacto social das transformações na Rússia é bastante negativo, conforme se tentou mostrar aqui. E o é, seja pelo custo social por elas acarretado — expresso basicamente na deterioração das condições de vida e na entronização do sentimento de insegurança em relação ao futuro, entre a maioria da população —, seja pelo que contribui para a criação de uma

consciência social avessa a reformas e à democracia como valores necessários na Rússia de hoje.

O processo de transformações sistêmicas na Rússia está em pleno curso, tanto no que se refere às reformas econômicas *stricto sensu* quanto à reestruturação do Estado e da própria sociedade. Iniciado ainda durante a vigência da URSS, ganhou outro rumo e outro ritmo com a mudança do poder político no final de 1991, mas seu processo é não só difícil e conflituoso como muito complexo, pois o rompimento com o passado mantém fortes elementos de continuidade desse mesmo passado.

Em um dos planos desse processo, parcelas das antigas elites políticas são cooptadas para as posições de comando na estrutura do poder estatal nos seus diversos níveis, inclusive federal, enquanto outras parcelas, utilizando-se do chamado capital burocrático e do capital cultural adquiridos durante a vigência do sistema soviético, transformam-se na nova elite econômica do país. Nesta condição, elas mantêm estreita vinculação com o poder de Estado — o Poder Executivo diretamente e o Parlamento —, exercendo pressão e influência para o reforço de sua posição. Trata-se, porém, de um processo de tomada de posições de mando político e econômico que, além de não excluir conflitos, é tortuoso e "criminalizado", para usar a expressão mais corrente entre analistas políticos russos para referir-se à corrupção e à ação de grupos mafiosos. Em outro dos planos do processo, isso leva ao crescimento de uma posição anti-reformista e antidemocrática no seio da grande maioria da população, como parece refletir-se nas pesquisas de opinião pública aqui examinadas.

A posição anti-reformista não se deve somente à diferenciação social e à grande concentração de riqueza na mão de uma parcela muito reduzida da população — contrariando o forte sentimento de igualdade arraigado na consciência social —, mas também ao curso da política de ajustamento econômico, que, inicialmente abrupta, "de choque", mas de forma continuada — como se evidenciou aqui —, piorou as condições de vida da população, reduzindo a sua renda e as garantias sociais que lhe eram proporcionadas no sistema soviético. O sentimento dessas perdas, assim como a rejeição social surgida com a desigualdade, levam a população a uma certa nostalgia do passado, reforçada ademais pela perda de ideais de vida. Este sentimento é no entanto contraditório, na medida em que pretende garantias sociais e "ordem" contra a criminalidade e perturbações políticas, mas deseja a manutenção de elementos que são traços característicos da democracia.

E aqui cabe destacar mais um dos elementos da complexidade do processo. Trata-se de processar as transformações em bases democráticas, mesmo quando entendidas na especificidade da "democracia nas condições da Rússia" — na expressão de um cientista político russo a propósito da realização das eleições para a Presidência do país em julho de 1996 —, ou seja, numa democracia com fendas, mas mantendo as regras do jogo eleitoral e parlamentar. O problema está na incipiência da sociedade civil, na fraqueza de organização dos diferentes segmentos da população trabalhadora e, o que é mais importante, na herança do passado na consciência

REFERÊNCIAS

Bezlepina, Liudmila. "Pensia i reforma" [Pensões e reforma]. *Nezavissimaia Gazeta*, 16/12/97.

Karpinski, Len. "Por que o stalinismo não sai de cena?". In: Pomeranz, Lenina (ed). *Perestroika. Desafios da transformação social na URSS*. São Paulo: Edusp, 1990.

Kon, I. "A psicologia da inércia social". In: Pomeranz, Lenina (ed). *Perestroika. Desafios da transformação social na URSS*. São Paulo: Edusp, 1990.

Layard, R. e Parker, J. *The coming Russian boom. A guide to new markets and politics*. New York: The Free Press, 1996.

Levada, Youri e outros. *L'homme soviétique ordinaire*. Paris: Presses de la Fondation des Sciences Politiques, 1993.

_____. "Tchelovek Sovietskii' piat let spustia" [O "homem soviético" passados cinco anos], *Monitoring Obshchestvennogo Mnenia*, nº 1, jan./fev. 1995.

Mikhalev, Vladimir. "Social security in Russia under economic transformation". *European Asian Studies*, 48(1), 1996.

Sapir, Jacques. *Le chaos russe*. Paris: La Découverte, 1996.

Starodobrovskaia, I. *Reforma jilishno-komunal'novo khoziaistva: osobenosti vibranoi modeli* [Reforma da economia da habitação comunitária: particularidades do modelo escolhido], 1997 (mimeo).

Zaslavskaia, Tatiana. "Estrutura social da sociedade russa contemporânea". *Estudos Avançados*, 10(28), set./dez. 1996.

Zubova, L. H. "Obshchestvennoe mnenie o sotsial'nykh garantiakh" (Opinião pública a respeito das garantias sociais). *Monitoring Obshchestvennogo Mnenia*, nº 3, maio/jun. 1996a.

_____. "Predstavlenia o bednosti i bogatsve. Kriterii i mashtaby bednosti" [Representações da pobreza e da riqueza. Critérios e dimensões da pobreza]. *Monitoring Obshchestvennogo Mnenia*, nº 4, ago./set. 1996b.

social e na crescente intolerância que nela se vê em relação à "democracia russa" e aos seus beneficiários.

Os últimos dados disponíveis sobre a situação econômica russa, em particular depois da crise asiática, não ensejam perspectivas mais otimistas no curto prazo. Além dos ajustes conjunturais que foram e poderão continuar a ser demandados, que afetam a atividade das empresas, há que se considerar os ajustamentos estruturais das empresas que se processam e devem continuar se processando, para seu funcionamento eficiente. Esta situação deve conduzir a um agravamento ainda maior do desemprego, que, como se viu, afeta de maneira contundente o comportamento da população.

Por ora, este comportamento tem se revelado "paciente" — também uma das características herdadas do sistema soviético —, expressando sua insatisfação nas pesquisas de opinião pública e nas urnas. O que se espera, conforme se depreende de alguns analistas políticos, é que o governo, interessado — por razões que não excluem a posição externa do país — na manutenção da ordem democrática, dê mais importância às questões sociais e, assim, reduza ou neutralize o descontentamento popular.

Recebido para publicação em
19 de maio de 1998.

Lenina Pomeranz é professora
da Faculdade de Economia e
Administração da USP. Publi-
cou nesta revista "Perestroika:
transformações nas relações de
propriedade na URSS" (n.º 26).

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 51, julho 1998
pp. 149-172



revista de cultura e política

A revista Lua Nova, publicada pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC - dedica-se à discussão dos aspectos teóricos, políticos e culturais das questões controversas do mundo contemporâneo.

Lua Nova preocupa-se sobretudo em alimentar e renovar o debate teórico nas ciências sociais, filosofia, direito e economia e também em trazer contribuições originais aos debates políticos e culturais em andamento no Brasil.

Últimos números publicados

- Nº 36 - Democracia
- Nº 37 - Reformas
- Nº 38 - Individualismo e seus Críticos
- Nº 39 - Governo & Direitos
- Nº 40/41 - As Transições e a Modernidade
- Nº 42 - Constituição
- Nº 43 - Sujeito & Objeto

cedec

Centro
de Estudos
de Cultura Contemporânea

Rua: Airosa Galvão, 64 - Água Branca
Cep 05002 - 070 - São Paulo -SP- Brasil
Tel: (5511)871 2966 - Fax: (5511) 871 2123
E-mail: cedec@eu.ansp.br